

Editorial

Reunidos em Dakar, Senegal, em abril de 2000, os 164 países participantes da Cúpula Mundial de Educação, comprometeram-se a alcançar, até 2015, os objetivos e as metas de Educação para Todos (EPT), afirmados em um documento chamado “Declaração de Dakar. Educação para Todos – 2000”. Segundo esse, “toda criança, jovem e adulto, têm o direito humano de beneficiar-se de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser¹”.

Naquele momento, a avaliação feita indicou que, apesar de ter havido um progresso significativo em muitos países nas questões educacionais, mais de 113 milhões de crianças ainda continuavam sem acesso ao ensino primário e 880 milhões de adultos eram analfabetos, além da existência de outros problemas tais como a discriminação de gênero e a qualidade da aprendizagem desenvolvida.

Os governos dos países participantes comprometeram-se a desenvolver políticas de modo a atingir os seguintes objetivos:

a) expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem; b) assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015; c) assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania; d) alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos; e) eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade; f) melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Um novo documento divulgado neste ano de 2015, intitulado Relatório de Monitoramento Global de EPT, aponta que o Brasil cumpriu apenas duas das seis metas: a conquista da educação primária universal (primeiro ciclo do ensino fundamental, do 1.º ao 5.º ano),

¹ Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-dakar.html>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

principalmente para meninas, minorias étnicas e crianças marginalizadas; e a obtenção da paridade e da igualdade de gênero nas escolas.

Ainda no presente ano, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)² avaliou a educação em 76 países, ficando o Brasil em 60º lugar.

Este *ranking*, que possibilita comparar o sistema educacional de determinado país com o de outros países, utiliza-se de indicadores que levam em consideração o gasto educacional por estudante; o gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); o investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; e o gasto nas instituições de ensino por categoria de serviços e categoria por natureza.

O financiamento público direcionado para a educação considerado mínimo pela Unesco é de 4% a 6% do PIB. Embora o Brasil, hoje, invista mais de 6% do PIB em educação, superando a média de 5,6% dos países da OCDE, na sua maioria ricos e desenvolvidos, possui uma economia pior e mais alunos em comparação com estas nações, gerando um custo por estudante muito pequeno e ainda insuficiente para garantir um padrão de qualidade mínimo. Sendo assim, a educação brasileira continua péssima pelos padrões internacionais.

Poucos países têm a educação como uma prioridade em seus orçamentos e, certamente, o Brasil não é um deles. No entanto, o sucesso da educação de um país indica um futuro econômico promissor. Um exemplo disto é Cingapura. Este país que, na década de 60, tinha altos índices de analfabetismo, investiu fortemente em educação, passando a ocupar o 1º lugar no *ranking* geral do OCDE, e viu sua economia florescer.

Já a Coreia do Sul, que tem um gasto por aluno considerado bem moderado, ocupa o 3º lugar no *ranking* do OCDE. Isto sinaliza que o sucesso na educação não depende exclusivamente do montante dispendido, mas também de uma política de estado que priorize programas educacionais realmente eficientes e de longo prazo.

As editoras

² A OCDE é uma organização internacional composta por 35 países que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais.